

CAPÍTULO 2

A REALIZAÇÃO DO PRÉ-NATAL NAS COMUNIDADES RURAIS

Data de aceite: 01/08/2023

Danielle Freire Goncalves

Marina Brito dos Santos

Maria Elizabeth Correa Rodrigues

Débora Farias Ricci

Jullyana Nascimento Silva

Ana Flávia Cardoso Luz

Jose Dorcele Paiva Rabelo Junior

Ananda Paula da Silva Cordeiro

Aline Pingarilho Acatauassú

Ana Luiza Branches Bastos

Thiago Gomes de Oliveira

Yasmin Batista Mendes

saúde durante o pré-natal para as mulheres das populações rurais do Brasil, além de ter como objetivo secundário, auxiliar o entendimento sobre a temática proposta. Foi realizada uma revisão integrativa de literatura sobre pré-natal dentro das populações rurais, com a utilização das bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed e SciELO (Scientific Electronic Library Online) e a metodologia intrínseca ao formato. Em suma, pode-se concluir a necessidade da garantia do acesso à saúde para todas as gestantes, oportunizando assim uma assistência de pré-natal qualificada e eficiente, com o intuito de mitigar a piora nos indicadores de saúde materno-infantil.

PALAVRAS-CHAVE: populações rurais, pré-natal, saúde da mulher

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar a assistência em saúde durante o pré-natal para as mulheres das populações rurais do Brasil, além de ter como objetivo secundário, auxiliar o entendimento sobre a temática proposta. Assim, esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar a assistência em

INTRODUÇÃO

A atenção em saúde para as populações rurais é caracterizada por um déficit, por conta da sua menor oferta, acarretando em piores indicadores de saúde, quando comparado com as populações urbanas. Sendo esse fator

associado ao menor acesso de recursos de informações, distribuição desigual e insuficiente dos profissionais de saúde, maior acesso a recursos de informações e exclusão do direito à proteção à saúde (Lima, 2021). No Brasil, faz-se necessário compreender os fatores de risco em saúde para as comunidades, para a criação de políticas que diminuam as iniquidades, tendo os residentes de zonas rurais um destes fatores, que podem estar associados com gênero, idade, baixa renda ou escolaridade (Bortolotto, 2018).

Assim o Ministério da Saúde publicou políticas nacionais para a promoção dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo eles a universalidade, equidade e integralidade. Nesse sentido, foi publicada a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher (PNAISM), com a meta de garantir o direito ao acesso a uma saúde de qualidade e eficaz para todas as mulheres brasileiras, com a premissa da existência de vulnerabilidades em alguns grupos, como o caso das mulheres negras, de baixa renda, rurais, entre outras (Santana et al., 2019). Nesse sentido, o Pré-Natal (PN) trata-se de um direito garantido pela Constituição de 88, onde foi institucionalizado o acesso aos serviços de assistência em saúde para o acompanhamento e monitoramento da gravidez, com a meta de identificar e intervir nas situações que possam vir a desencadear algum risco para o binômio mãe-feto (Andrade, 2019).

Assim, esse trabalho tem como objetivo principal demonstrar a assistência em saúde durante o pré-natal para as mulheres das populações rurais do Brasil, além de ter como objetivo secundário, auxiliar o entendimento sobre a temática proposta.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão integrativa de literatura sobre pré-natal dentro das populações rurais, com a utilização das bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed e SciELO (Scientific Electronic Library Online) e a metodologia intrínseca ao formato. A coleta de dados ocorreu entre 2018 e 2023. As palavras-chave utilizadas foram “populações rurais”, “pré-natal”, “promoção em saúde”. Os critérios de inclusão foram: utilização das palavras-chave, idioma em português e disponibilidade total do texto. Os critérios de exclusão foram a inadequação do artigo ao tema da pesquisa. Para construção dos resultados, houve análise dos textos selecionados e posterior síntese dos dados de maneira descritiva.

RESULTADOS

Diante das desigualdades regionais no Brasil, pôde-se compreender as condições de saúde devido aos relacionados aos determinantes sociais, considerando na hora da assistência os aspectos biopsicossociais, culturais, geográficos e econômicos (Souza, 2019). No âmbito da prestação de serviços de saúde para as populações rurais, ainda há as dificuldades relacionadas ao isolamento geográfico, o despreparo de equipes de saúde

sobre a religiosidade, a cultura e os costumes das diversas regiões do Brasil (Bousquat, 2022). Nesse contexto, as gestantes tem uma demanda de assistência em saúde, visto posto a necessidade da realização de pré-natal para a compreensão das necessidades do binômio mãe-bebê, sendo as gestantes das zonas rurais um público que necessita de mais atenção por conta dos baixos índices de acesso à saúde desencadeado por diversos fatores (Neves, 2019).

Para a melhoria do acesso aos programas de pré-natal das populações rurais, os governos desenvolveram estratégias específicas na Atenção Primária à Saúde (APS), com a utilização da busca ativa em regiões remotas com a utilização de agentes comunitários de saúde para a compreensão do ambiente domiciliar e dos costumes relacionados ao período gravídico, implementando assim uma possível proximidade entre os profissionais de saúde e as gestantes (Cá, 2022; Lima, 2021).

Comumente, na prestação de cuidados destas comunidades, há a existência de cuidadores naturais, sendo eles pajés, curandeiras, parteiras e benzedeiras, sendo possível visualizar a busca das gestantes rurais primeiramente a esses profissionais e somente posteriormente aos profissionais com formação acadêmica (Teodoro, 2019). Diante disso, a prestação de cuidados mais ligados ao cotidiano e a natureza se torna mais confortável para as gestantes, assim, se compreende o atrativo. Nesse sentido, faz-se necessário a criação de laços entre essas duas maneiras de prestar cuidados para o conforto da medicina tradicional natural e propiciar uma assistência humanizada, qualificada e eficiente (Rodrigues, 2019).

CONCLUSÕES

Em suma, pode-se concluir a necessidade da garantia do acesso à saúde para todas as gestantes, oportunizando assim uma assistência de pré-natal qualificada e eficiente, com o intuito de mitigar a piora nos indicadores de saúde materno-infantil. Além disso, faz-se necessário a implementação de políticas públicas que garantam o acesso universal a todas as camadas de assistência em saúde, levando em consideração os aspectos biopsicossociais, culturais e geográficos.

REFERÊNCIAS

Bortolotto CC, Loret de Mola C, Tovo-Rodrigues L. Qualidade de vida em adultos de zona rural no Sul do Brasil: estudo de base populacional. *Rev Saúde Pública* 2018; 52 Suppl 1:4s.

BOUSQUAT, Aylene et al. Remoto ou remotos: a saúde e o uso do território nos municípios rurais brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, 2022.

CÁ, Abdel Boneensa et al. LACUNAS DA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL QUE INFLUENCIAM NA MORTALIDADE MATERNA.: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 96, n. 38, 2022.

LIMA, Juliana Gagno et al. O processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: contribuições para o cuidado em territórios rurais remotos na Amazônia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, 2021.

NEVES PEREIRA, Rosilene; DE FREITAS MUSSI, Ricardo Franklin. Acesso e utilização dos serviços de saúde da população negra quilombola: uma análise bibliográfica. Odeere, v. 5, n. 10, p. 280-303, 2020.

RODRIGUES, Melina Soares; FURLAN, Paula Giovana. Itinerários entre o pré-natal e o parto de mulheres de uma região rural: reflexões para a coordenação de cuidado. Revista de Educação Popular, v. 21, n. 2, p. 341-355, 2022

SOUZA, Layane Trindade et al. Infecções Sexualmente Transmissíveis e fatores associados na população rural. Saúde Coletiva (Barueri), v. 9, n. 50, p. 1858-1863, 2019

TEODORO, Lucimara et al. Avaliação da anemia gestacional no contexto da gestante domiciliante de zona rural/Evaluation gendering anemia in the context of domestic gestant of rural area. Brazilian Journal of Health Review, v. 2, n. 2, p. 1151-1171, 2019.